

HIR00170

ISTO É - 31/10/78

ÍNDIOS

É uma emancipação ou um etnocídio?

A idéia, cínica, de transformar índio em fazendeiro

Eliana Lucena

No início do governo Geisel, um dos técnicos do Ministério do Interior que acompanhavam o ministro Rangel Reis à posse dos governadores nomeados para os três territórios brasileiros, ao sobrevoar a exuberante região do rio Xingu, onde permanece intocado o Parque Nacional do Xingu, não se conteve e exclamou: "Que desperdício... Se deixassem por minha conta, em menos de dois anos eu transformaria estes índios nos melhores vaqueiros do Brasil Central!"

Este desabafo do alto funcionário deixava claro que a política visando a rápida emancipação desses grupos, nascida durante o governo Médici, tomaria ainda mais corpo com o novo governo.

Antes dessa viagem, Rangel Reis já ganhara a desconfiança dos indigenistas brasileiros ao anunciar, ainda no seu gabinete no IPEA, os seus planos integracionistas em relação às comunidades indígenas brasileiras. Daí para cá, repetiram-se as investidas e recuos no sentido de se atingir esta meta.

Agora, o governo encontrou uma forma eficiente de atingir os seus objetivos, regulamentando o capítulo do

Estatuto do Índio que trata da emancipação.

Oposição unânime. A minuta do decreto, que será levada ao presidente Geisel no próximo dia 30, consegue contar com a oposição unânime de todos os indigenistas, antropólogos, sertanistas e missionários. Para esta gente tão ligada ao problema do índio, por trás do interesse de se liberar a curto prazo os indígenas do regime tutelar, o que se busca é uma forma legal de delapidar o seu patrimônio, permitindo que suas reservas sejam ocupadas pelas grandes empresas que estão investindo na Amazônia.

O diretor do Parque Nacional do Xingu, Olímpio Serra, afirma que o governo, na verdade, pretende descaracterizar a cultura indígena, promovendo a sua assimilação pela sociedade envolvente, promovendo um verdadeiro etnocídio.

Já o presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Thomás Balduino, vai mais longe. Para ele, a aprovação da regulamentação pretendida pelo governo é uma forma de simples genocídio. Pois o índio, sem terra, morre — como pode ser comprovado por exemplos recentes de tribos, como os Krenhacarore e os Nkambikwara, que perderam parte representativa de seus membros com a invasão indiscriminada de suas terras.

A decisão anunciada pelo ministro do Interior, Rangel Reis, de levar adiante o controvertido projeto da emancipação foi anunciada depois de sucessivas tentativas feitas através da Funai para que os antropólogos e indigenistas participassem das discussões visando a elaboração de um projeto que afinal "garantissem os direitos do índio, não ferindo a sua cultura e seu patrimônio", como insistiu por diversas vezes o presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira.

No mês passado houve uma última tentativa, com a realização de um encontro de antropólogos de todo o país, em Brasília. No entanto, foi impossível angariar a simpatia desses especialistas, que se manifestaram por unanimidade contrários a qualquer alteração, no momento atual, no Estatuto do Índio.

AE



Rangel Reis: ainda no tempo do IPEA



Milton Guran

O general Ismarth
entre os índios:
ele não tem
pressa, mas...



Milton Guran

Para os antropólogos — entre eles figuras conhecidas, como Egon Schaden, da USP, Roberto Cardoso de Oliveira, da Universidade de Brasília e Roberto da Matta, do Museu Nacional do Rio —, nessa época em que o país enfrenta a derradeira e talvez o mais forte investida de expansão interna em todo o Centro-Oeste e Norte do país, liderada por grandes grupos empresariais, “emancipar índios seria entregá-los, desarmados, às forças infinitamente mais poderosas, que lhes arrebatarão, em menor ou maior prazo, as terras a vil preço”.

Sem salvaguardas. Esta firme disposição dos antropólogos foi recebida com indisfarçável irritação pelo Ministério do Interior. Já o presidente da Funai, numa atitude mais de mágoa, lamentou que os especialistas tivessem se negado a colaborar com o projeto, melhorando o seu conteúdo e introduzindo salvaguardas para evitar qualquer processo brusco de integração de índios na sociedade nacional.

Em certo momento, pensava-se que o projeto poderia ser abandonado e deixado para o próximo governo, informação que chegou a circular com insistência no gabinete do presidente da Funai. O general, aliás, enfrenta atualmente uma oposição incômoda, pois sabe-se que, para ele, regulamentar a questão da emancipação não é assunto urgente. Considera problemas mais prementes a demarcação das terras indígenas e a melhor assis-

tência a estas comunidades. “Entre a cruz e a caldeira”, no entanto, o general preferiu agora encampar a orientação que, ao que tudo indica, vem de escalões ainda superiores ao do ministro Rangel Reis.

Esta ingerência dos altos escalões é evidenciada a partir do próprio projeto, que será apreciado, agora de uma forma definitiva, por um pequeno e discutível grupo, do qual fazem parte uma funcionária do Departamento do Patrimônio Indígena da Funai, Laia Baltar, os assessores jurídicos da Funai e Ministério do Interior, o diretor do Departamento Geral de Operações da Funai e o ministro Rangel Reis.

Apenas seis cópias. Deste projeto, mantido sob grande sigilo e do qual foram distribuídas apenas seis cópias numeradas, sabe-se que, ao regula-

mentar a questão da emancipação, ele também prevê a criação de uma comissão revisora do Estatuto do Índio, responsável por futuras alterações na lei, que contará como participação do Ministério da Justiça e do Conselho de Segurança Nacional.

Esta presença, que até então aparecia de forma discreta nas questões envolvendo a vida indígena, foi recebida pelos indigenistas como uma demonstração clara de que o índio, assim como no tempo do antigo Serviço de Proteção ao Índio, passará a ser tratado no âmbito dos assuntos ligados à segurança nacional. “Só que antigamente”, afirma o presidente do Conselho Indigenista Missionário, dom Tomás Balduino, “quando o SPI era filiado ao Ministério do Exército, a preocupação de segurança nacional voltava-se para o virtual inimigo lá fora, buscando-se a defesa da integridade do território nacional, ao passo que, agora, os inimigos passaram a ser os próprios índios e posseiros, que aparecem como obstáculo ao avanço das empresas multinacionais que se dirigem para a Amazônia com todo o apoio governamental”.

Em síntese, o projeto do governo estabelece que, após a emancipação, as terras indígenas continuarão sendo patrimônio da União. Um dos parágrafos que está sendo encarado com desconfiança pelos indigenistas estabelece que “os índios que preferiram a exploração independente de uma fração da área poderão encaminhar proposição ao INCRA, que examinará a utilização de terras fora das áreas ocupadas pela comunidade indígena”. Não seria esta, perguntam os indigenistas, uma forma de destruir essas comunidades promovendo a desagregação tribal?

Individualmente, a emancipação será concedida através de decreto, desde que o interessado satisfaça os requisitos de idade mínima de 21 anos, conhecimento da língua portuguesa, habilitação para o exercício de atividade útil na comunhão nacional e razoável compreensão dos usos e costumes da sociedade nacional.

A preocupação maior, no entanto, é com a emancipação de comunidades indígenas, que poderá ser declarada mediante requerimento da maioria dos membros dos grupos, pois aí entra a questão da terra. Com o dispositivo contido no artigo 4º do projeto, admitindo que o requerimento de emancipação poderá também ser de iniciativa da Funai, ouvido o índio, teme-se, muito justamente, a hipótese de serem trabalhadas e motivadas para a emancipação exatamente aquelas tribos que estiverem ocupando áreas pretendidas pelas grandes empresas.